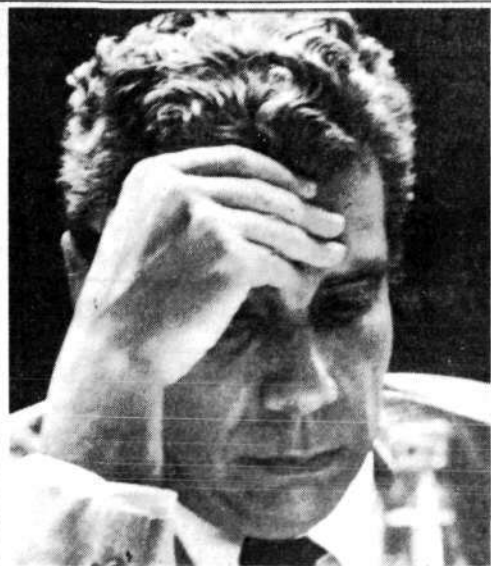


Os empresários apóiam o pronunciamento do presidente José Sarney em favor de uma nova ordem econômica mundial. Eles também querem crescer, gerar empregos, evitar a recessão, desenvolver o livre comércio e, sobretudo, criar uma sólida base democrática. Foi o que quiseram demonstrar ontem, durante almoço em homenagem ao diretor da Cacex, Namir Salek. "Essa carta de princípios deve ser aplaudida", disse o "Empresário do Ano", superintendente do Grupo Votorantin, Antônio Ermírio de Moraes. Ele disse que estes princípios devem nortear todo o governo Sarney "e ninguém pode pensar que na segunda-feira já estaremos com a dívida renegociada, juros mais baixos, correção monetária mais baixa". Para o superintendente do Grupo Votorantin, "ninguém pode esperar um milagre, porque todos sabem que numa democracia as decisões são mais lentas, pois é preciso consultar vários segmentos da sociedade".

— Caso contrário, seria fazer uma administração por decreto, coisa que pertence ao passado, à Velha República que já morreu de coma diabética.

Assim como Antônio Ermírio de Moraes acha que "não podemos decepcionar o presidente", o presidente da Trol (e atual presidente do BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Dilson Funaro, entende que o engajamento de toda a sociedade nessa luta, "é a única saída para construir a grande Nação brasileira".

Funaro salientou que Sarney tem o apoio não apenas do empresariado, "mas também de toda a sociedade brasileira". Lembrou que nos comícios que antecederam a eleição de Tancredo Neves ficaram claras as premissas necessárias a um país democrático: "Poder crescer, poder resolver seus problemas sociais, poder desenvolver sua política interna sem vestir uma camisa-de-força



Antônio Ermírio de Moraes, Pedro Eberhardt e Dilson Funaro são alguns dos grandes empresários paulistas que se juntam ao presidente Sarney para pedir uma nova ordem econômica. Eles também querem crescer, evitar desemprego e desenvolver um comércio livre.

Apoio às palavras do presidente

de políticas direcionadas pelo Exterior, enfim, direcionarmos nós mesmos o Brasil no caminho da grande Nação que ele é".

Para o presidente do Sindipeças, Pedro Eberhardt, "estas metas são possíveis e todos nós, empresários, traba-

lhadores e a sociedade como um todo, apoiamos integralmente".

Luís Eulálio Vidigal, presidente da Fiesp, tem opinião semelhante: "Esperamos que isso seja possível e venha a se concretizar o mais breve possível. Acho que mais que o desejo dos brasi-

leiros é o desejo de todos os latino-americanos". O presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas), Walter Sacca, e o presidente da Abdib (Associação Brasileira da Indústria de Base), Roberto Cayubi Vidigal, alertam que só o crescimen-

to garantirá a paz social e política.

Desindexação

Quanto à atual política econômica, Antônio Ermírio acha que está na hora de começar a mexer na correção monetária, num primeiro passo de desindexação da economia. "Podemos pensar numa redução gradativa como ocorreu com os incentivos fiscais, pois, enquanto a correção não for tocada, não conseguiremos desinflacionar o País."

Ele acha impossível um crescimento de 7% no ano, "mas percentuais como 4% ou 5% seriam bastante bons, levando em conta essa monstruosa dívida externa".

Pedro Eberhardt observa que setorialmente poderá haver crescimento de 7% — "é o caso do meu setor, o de autopeças" —, mas que o País como um todo ficará em torno dos 4%. Eberhardt preferiu não fazer prognósticos de longo prazo, "mas acho que por agora esse crescimento está garantido". Mostrou-se otimista quanto a uma renegociação da dívida "positiva e interessante".

O presidente do Sindimaq, Walter Sacca, diz que o capital estrangeiro precisa receber mais apoio. O importante "é que o investidor estrangeiro tenha segurança de que as regras do jogo econômico não vão mudar a cada seis meses, ou quando houver troca de governo".

Luís Eulálio Vidigal acha que a abertura de empresas nacionais para o capital estrangeiro é viável, e não acredita que isso implique desnacionalização da economia, "porque o governo tem condições de controlar o capital estrangeiro, uma vez que o gerenciamento dessas empresas ficaria aos cuidados do capital nacional". Lembrou que o sistema tripartite (Estado e capital privado nacional e estrangeiro) deu bons resultados em vários setores, como petroquímico e de papel e celulose.

Sérgio Leopoldo Rodrigues